



Concurso Público



Aplicação: 19/6/2005

CARGO 5:
ANALISTA ADMINISTRATIVO

ESPECIALIDADE:
CIÊNCIAS CONTÁBEIS

MANHÃ
NÍVEL SUPERIOR

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira se ele contém **cento e dez** itens, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenados de **1 a 110**, a prova discursiva e espaço para rascunho.
- 2 A página para rascunho é de uso opcional; não contará, portanto, para efeito de avaliação.
- 3 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 4 Nos itens das provas objetivas, recomenda-se não marcar ao acaso: em cada item, se a resposta divergir do gabarito oficial definitivo, o candidato receberá pontuação negativa, conforme consta em edital.
- 5 Não utilize nenhum material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 6 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo.
- 7 Durante as provas, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 8 A duração das provas é de **quatro horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição do texto definitivo para a respectiva folha.
- 9 Na prova discursiva, não será avaliado texto escrito a lápis, texto escrito em local indevido ou texto que tenha identificação fora do local apropriado.
- 10 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e a folha de texto definitivo da prova discursiva e deixe o local de provas.
- 11 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de rascunho, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo da prova discursiva poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA

- I **21/6/2005**, a partir das 10 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — www.cespe.unb.br/concursos/antaaq2005 — e quadros de avisos do CESPE/UnB, em Brasília.
- II **22 e 23/6/2005** – Recursos (provas objetivas): formulários estarão disponíveis no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet — www.cespe.unb.br/concursos/antaaq2005.
- III **20/7/2005** – Resultados final das provas objetivas e provisório da prova discursiva: locais mencionados no item I e Diário Oficial da União.
- IV **21 e 22/7/2005** – Recursos (prova discursiva): em locais e horários que serão informados na divulgação do resultado provisório.
- V **10/8/2005** – Resultado final da prova discursiva e convocação para entrega da documentação para a avaliação de títulos: locais mencionados no item III.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 13 do Edital n.º 1/2005 – ANTAQ, de 7/4/2005.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 448 0100; Internet – www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 110 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 No temário político brasileiro ainda é reservado
pouco espaço à política portuária. Contudo, a idéia de que o
sistema é estratégico tem conquistado a unanimidade. Como
4 é inequívoco também o apoio do empresariado ao modelo
nascido das privatizações. Muitos investimentos foram
realizados, embora ainda não atendam às vastas demandas da
7 atualidade, impulsionadas pelo crescimento das exportações
e pela expectativa de que a economia volte a retomar, afinal,
o ciclo de expansão que a caracterizou por cerca de oito
10 décadas no século passado.

O caminho a percorrer para que o porto evolua da
triste condição de uma dificuldade para uma facilidade tende
13 a ser longo e acidentado. Para diminuir a distância, somente
com muito diálogo. Nesse sentido, existem boas notícias. O
governo tem ouvido os usuários e admite que é imperativo
16 mudar. Por quê? O vazio de políticas públicas provocou toda
sorte de problemas, hoje conhecidos: o número de pessoal
qualificado é pequeno, a infra-estrutura é precária, os preços
19 carecem de transparência, a regulação é frágil e os conflitos
jurídicos tendem a se acumular, provocando autêntico jogo
de soma zero na eficiência do sistema, em um momento em
22 que deveria estar acontecendo justamente o contrário.

O importante é que o governo quer mudanças. A
decisão que ganha corpo no Ministério dos Transportes e na
25 Casa Civil é levar à prática um modelo de administração
portuária mais enxuto, ágil e capaz de integrar todos os
agentes que participam do sistema. Com tal decisão, não se
28 busca apenas a melhoria da infra-estrutura, mas um
planejamento adequado do espaço portuário e da sua
acessibilidade bem como uma gestão integrada que venha a
31 fortalecer as economias regionais.

A acirrada competição internacional impõe postura
realista de competição dentro do país. Se assim for, os portos
34 terão o que é devido aos portos. Caso contrário, estarão
condenados ao atraso e, com eles, a economia brasileira,
no conjunto, e as economias regionais, no particular,
37 continuarão a padecer das dores de endêmica carência de
competitividade. Portanto, é imperativo olhar para o futuro,
com a visão de que porto tem que ser uma facilidade.

Paulo Villa. *Ao porto o que é do porto*. In: *Correio
Braziliense*, 29/5/2005, p. 21. (com adaptações).

Julgue os itens que se seguem, referentes ao texto acima.

1 Esse texto, dado seu caráter objetivo, decorrente do emprego
de linguagem neutra e direta, poderia iniciar uma ata
elaborada por um órgão público.

2 A mudança que o autor acredita ser necessária na política
portuária poderá ocorrer, de acordo com o texto, se houver
uma postura realista no que se refere à competição interna
nesse setor da economia.

3 Na opinião do autor, o sistema portuário, embora deva ser
considerado parte importante da economia brasileira, tem
relevância secundária quando o aspecto a ser levado em
conta é a competição internacional, fato que se justifica pela
ampla utilização do transporte rodoviário no país.

4 Na linha 14, as “boas notícias” correspondem ao fato de o
governo ouvir os usuários dos portos e ao de admitir
mudanças para modernizar os portos.

5 O emprego da vírgula tanto após o trecho “Para diminuir a
distância” (l.13) quanto após a expressão “Nesse sentido”
(l.14) é facultativo, o que significa que ambas as vírgulas
podem ser retiradas do texto sem que isso acarrete erro de
pontuação.

6 A forma verbal “busca” (l.28) tem como sujeito o elemento
“decisão” (l.24) e se complementa por dois objetos: um
direto, “a melhoria da infra-estrutura” (l.28), e outro
indireto, “mas um planejamento adequado do espaço
portuário e da sua acessibilidade bem como uma gestão
integrada que venha a fortalecer as economias regionais”
(l.28-31).

7 “Contudo”, na linha 2, estabelece uma relação de oposição
entre duas idéias: o pouco espaço concedido à política
portuária e a unanimidade de opinião no concernente à
posição estratégica do sistema portuário.

8 Mantendo-se a coerência textual, o último período do texto
poderia ser corretamente reescrito da seguinte forma: **Assim,
é forçoso olhar o futuro, com a visão que o porto deve ser
uma facilidade.**

9 Na linha 6, o sinal indicativo de crase pode ser omitido sem
que haja prejuízo para a correção gramatical do texto.

10 De acordo com o texto, o porto é visto como uma
“dificuldade” e como uma “facilidade”. A primeira
expressão refere-se à situação atual do sistema portuário, e
a segunda, ao que é desejável no futuro.

1 The need to transport large volumes of low-value
loads across long distances while facing up to harsh
competition in the international market led the Brazilian
4 agricultural sector to be punished the hardest by the high
costs of transportation and port fees. In 1995, for example,
shipping a ton of soy from New Orleans cost just US\$ 3.00
7 whereas the cost to ship the same product from the Brazilian
port of Paranaguá exceeded US\$ 14.00 and the cost to
transport the product between the production regions of the
10 US and the same port (an average of 2,000 km) by
waterways was just US\$ 16/t. In Brazil it exceeded US\$ 80/t.

In order to overcome the problem, the Brazilian
13 Federal Government has decided to encourage the
development of multimode transportation corridors based on
the use of some waterways and on the privatization of
16 railroads and ports.

Considering the prospects for the expansion of
agricultural borders, plus the existing trade flows of
19 production, and the main consumer markets (including
potential markets) in developing and implementing the
transportation policy, the Government has decided to
22 establish five corridors: the Northwest, the Central-North, the
Northeast, the Central-East, and the Southwest. The
Government had already embarked on a process of
25 rationalisation of the management of port labour (one of the
lobbies responsible for the high port charges) and has
accelerated concessions of private terminals in the main
28 outlet ports. Since the enactment of the Harbour Law in
1993, more than 100 concessions of private and hybrid
terminals have been granted.

Internet: <<http://www.mre.gov.br/cdbrasil/itamaraty/web/ingles/economia/agric/logist/apresent.htm>> (with adaptations).

Based on the text above, it can be concluded that

- 11 “prospects” (l.17) means **likelihood**.
- 12 the cost of transportation is the only setback for the delivery
of agricultural products.
- 13 the use of waterways as a means of transportation of goods
can be a costly initiative.
- 14 the Government has already rationalized the control of
harbor work.
- 15 ten years ago, shipping soy from the port of Paranaguá was
more expensive than doing it from New Orleans.

O Brasil apresentou na Organização das Nações Unidas
(ONU), em conjunto com Alemanha, Índia e Japão, sua proposta
de resolução para a reforma do Conselho de Segurança. O texto
prevê a criação de seis novos integrantes permanentes
(atualmente há cinco) e mais quatro não-permanentes (hoje são
dez). É incerto se os países vão conseguir o apoio necessário para
aprovar a resolução. Em setembro, haverá uma conferência maior
para tratar de uma remodelação geral da ONU.

A busca por uma vaga no Conselho de Segurança da
ONU é o principal ponto da agenda de política externa do
governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O Brasil tem
buscado se consolidar como uma liderança regional, com
mediação em vários conflitos, como no Equador.

Folha de S. Paulo, 17/5/2005, p. A8 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial, julgue os itens
subseqüentes, relativos à política internacional e à ação
diplomática brasileira na atualidade.

- 16 Na recente crise do Equador, mencionada no texto, a
chancelaria brasileira foi decisiva para viabilizar a saída do
país do presidente deposto, dando-lhe apoio logístico e
concedendo-lhe asilo.
- 17 A começar pelos Estados Unidos da América (EUA), a atual
potência hegemônica, há consenso quanto à necessidade de
reformulação do Conselho de Segurança da ONU, inclusive
no que concerne à ampliação dos membros permanentes com
direito a veto.
- 18 Em sua estratégia para “consolidar uma liderança regional”,
para usar uma expressão do texto, o Brasil tem obtido a
adesão incondicional de seu mais importante parceiro na
América do Sul, a Argentina, até porque ambos têm
consciência de que essa convergência de pontos de vistas é
fundamental para o êxito do MERCOSUL.
- 19 A atual política externa brasileira repete, no discurso e na
prática, a diplomacia conduzida pelo governo Fernando
Henrique Cardoso. A diferença é que, sob Lula, o Brasil tem
eliminado sobremaneira áreas de confronto com os EUA.
- 20 Criada imediatamente após a Segunda Guerra Mundial e
estruturada em conformidade com o sistema bipolar que
vigorou, com maior ou menor intensidade, até o fim da
União Soviética, a ONU hoje está na berlinda e, pelo que o
texto deixa transparecer, preocupada em reformar-se para se
adequar ao novo cenário internacional.

A relação entre constituição e sistema econômico ou mesmo regime econômico é freqüente nas constituições modernas, que contemplam em seus textos pautas fundamentais em matéria econômica. Chega-se a falar que, ao lado de uma constituição política, reconhece-se a existência de uma constituição econômica. Julgue os itens a seguir, acerca da construção constitucional da ordem econômica.

- 21 A Constituição Federal de 1988 autorizou o Estado a intervir no domínio econômico, seja como agente normativo, seja como agente regulador.
- 22 O princípio constitucional da livre concorrência impede qualquer interferência estatal na livre iniciativa.
- 23 O princípio da função social da propriedade, previsto como um dos princípios gerais da atividade econômica, é um corolário do direito individual e fundamental à propriedade, mas explícita, ao mesmo tempo, uma possibilidade de restrição a esse direito, com a finalidade de atender ao bem-estar da comunidade.

Acerca da disciplina dos atos administrativos, julgue os itens subseqüentes.

- 24 A ausência de previsão constitucional expressa da obrigação do administrador de motivar os seus atos não impede que se exija dele essa motivação com fundamento na adoção da democracia pelo Estado brasileiro, bem como no princípio da publicidade e na garantia do contraditório.
- 25 O fim de todo ato administrativo deve ser o interesse público, o qual coincide com o interesse público secundário do governo.
- 26 À palavra competência, na terminologia técnica adotada no direito administrativo, é dado o sentido de capacidade ou habilidade que detém um servidor público para editar um ato administrativo.
- 27 Os atos administrativos cabem, em princípio, aos órgãos do Poder Executivo, mas autoridades de outros poderes, como do Poder Judiciário, por exemplo, também têm competência para editar atos dessa natureza quando no exercício de atividades administrativas.

Durante muito tempo, o termo processo vinha associado à função jurisdicional. Não se cogitava, no âmbito do direito administrativo, de processo atinente às relações entre administração e cidadãos.

A Constituição Federal de 1988 consagrou o termo processo para significar a processualidade administrativa. Por isso, encontra-se esse termo no inciso LV do art. 5.º: “Aos litigantes, em *processo* judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.”

Odete Medauar. **Direito administrativo moderno**. 9.ª ed. (rev. e atual). São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005 (com adaptações).

Considerando o texto acima como referência inicial, julgue os itens a seguir, referentes ao processo administrativo, com base na Lei n.º 9.784/1999 e nas normas constitucionais.

- 28 Eventual exigência legal de depósito recursal prévio, em processo administrativo, é inconstitucional, pois tal exigência configuraria impedimento ao exercício do direito do duplo grau obrigatório, do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal.
- 29 A atuação do administrador público que, sem prévio processo administrativo, visando resguardar o patrimônio público, passa a realizar desconto retroativo em folha de pagamento de servidor público, relativo a uma contribuição previdenciária por este devida mas não descontada na época oportuna, não constitui violação do devido processo legal e da ampla defesa, já que o desconto pode ser realizado em decorrência de determinação legal.
- 30 Caso ao final da instrução de um processo administrativo um servidor obtenha decisão desfavorável da autoridade administrativa, da qual ainda caiba recurso, não estará ele obrigado a esgotar a instância administrativa para ter direito a recorrer ao Poder Judiciário.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Considerando a estrutura e componentes das demonstrações contábeis, julgue os itens a seguir.

- 31 A elaboração da demonstração de origens e aplicação de recursos (DOAR) depende da evidenciação dos itens econômicos destacados na demonstração do resultado do exercício (DRE). As deduções econômicas da DRE, vinculadas aos itens do ativo permanente constituem adições ao resultado ajustado da DOAR.
- 32 A alienação de bem do ativo permanente para recebimento em longo prazo será evidenciada na demonstração de origens e aplicações de recursos (DOAR), mesmo que essa operação não afete o valor do capital circulante líquido.
- 33 O ágio recebido na emissão de debêntures constitui um acréscimo ao capital circulante líquido, exceto quando a empresa emitir debêntures de longo prazo.
- 34 A despesa com a constituição de provisão para devedores duvidosos do ativo circulante será deduzida do lucro líquido, para fins de elaboração da demonstração de origens e aplicação de recursos.
- 35 Entre as demonstrações contábeis obrigatórias no Brasil destaca-se a demonstração dos fluxos de caixa (DFC). A DFC representa as movimentações financeiras da empresa e complementa as informações da demonstração do resultado do exercício e do balanço patrimonial.
- 36 Na demonstração de lucros ou prejuízos acumulados há a evidenciação da distribuição do resultado, bem como os acréscimos/decréscimos do capital social.

Acerca da utilização da análise econômico-financeira no ambiente empresarial, julgue os itens seguintes.

- 37 Ao apurar a liquidez do estoque será considerado o giro de duplicatas a receber.
- 38 Ao quitar a obrigação com debenturista de longo prazo a empresa reduzirá seu ativo circulante. Nesse caso, o índice de liquidez geral mantém seu valor e o índice de liquidez corrente reduz seu valor.
- 39 O retorno sobre o patrimônio líquido (RSPL) considera a divisão entre o lucro operacional e o lucro acumulado. Já o retorno sobre o ativo (RSA) considera a divisão entre o ativo total e o lucro operacional.
- 40 Na apuração da possibilidade de exaustão de reservas líquidas (PERL), a apuração do desvio-padrão da liquidez, no horizonte de tempo, é indispensável.
- 41 O índice de solvência geral é capaz de apresentar a capacidade da empresa de quitar suas dívidas. Caso o índice seja inferior a 1, a empresa está com passivo a descoberto.

A respeito dos efeitos inflacionários sobre o patrimônio das empresas, julgue os itens que se seguem.

- 42 Na correção monetária integral, a empresa poderá apurar se houve perda ou ganho financeiro no período, o que não é possível com a apuração das demonstrações segundo o custo histórico corrigido.
- 43 A correção monetária adotada pelo Brasil até 1995 tinha como principal objetivo representar as demonstrações contábeis com a influência da inflação. Dessa maneira as empresas efetuavam a correção monetária do ativo permanente e do patrimônio líquido. Ao corrigir o ativo permanente, especificamente a conta de depreciação acumulada, o registro da contrapartida será a crédito do resultado, caso exista inflação. No caso de deflação, a correção da depreciação acumulada proporcionaria um débito ao resultado do período.
- 44 Para a apuração da receita financeira real, no caso de correção integral, é necessário deduzir da receita financeira nominal o ganho a que as aplicações financeiras estão sujeitas por causa da inflação.
- 45 Considere que o indexador do dia 10 de janeiro seja igual a 100 e o indexador de 25 de janeiro seja 118, e a taxa de crescimento proporcional. Nesse caso, é possível estimar o indexador do dia 16 de janeiro por meio de interpolação linear e concluir que ele será de 107,20.
- 46 Considere que uma empresa possui capital social de R\$ 350.000,00, disponível de R\$ 769.000,00, imóveis no valor de R\$ 250.000, cuja despesa com depreciação do período é de R\$ 25.000,00, a inflação do período é de 35% e a empresa ainda não efetuou a correção monetária do balanço. Então, ao apurar a correção monetária obtém-se R\$ 43.750,00 de saldo devedor no período.

RASCUNHO

O uso da relação custo *versus* volume *versus* lucro (CVL) é indispensável para a tomada de decisões. Com relação a esse assunto, julgue os itens que se seguem.

47 Ao utilizar a relação CVL com tributos a empresa poderá estimar de maneira mais acurada sua margem de contribuição unitária. Uma peculiaridade é a possibilidade do cálculo do ponto de equilíbrio considerando tributos sobre a receita o que provocará um valor de produção/vendas superior ao apurado sem considerar tais tributos.

48 Ao elaborar o gráfico da relação CVL é possível, por meio de ferramentas matemáticas, determinar o ponto máximo de lucro, que será o ponto de receita máxima. Uma das ferramentas é a integral da área abaixo do ponto de receita máxima, o que proporciona, exatamente, o valor do lucro máximo.

49 A fórmula do ponto de equilíbrio contábil, ao considerar tributos, modifica a fórmula tradicional em seu denominador. Assim, a margem de contribuição deixa de ser a diferença entre o preço de venda unitário e o custo variável unitário e passa a ser a diferença entre o valor da receita unitária líquida (preço de venda menos tributo) e o custo variável unitário.

50 Caso a empresa necessite apurar rapidamente a quantidade de venda necessária para obter determinado lucro deverá utilizar a fórmula do ponto de equilíbrio contábil, com algumas adaptações. Ao invés de dividir os custos fixos pela margem de contribuição unitária basta dividir o lucro esperado, antes da apuração de tributos sobre o lucro, pela margem de contribuição unitária e adicionar ao resultado o valor obtido no cálculo do ponto de equilíbrio contábil.

51 O incremento na capacidade máxima de produção proporcionará um acréscimo ao valor da margem de segurança. Assim, caso a empresa incremente 20% na capacidade máxima de produção o valor da margem de segurança será acrescido, também, em 20%.

52 Para a apuração do ponto de equilíbrio contábil, sob a óptica do custeio variável, será considerado o valor proporcional dos custos indiretos de fabricação. Assim, ao utilizar o valor do custo fixo, proporcional ao volume vendido, adicionado ao valor dos custos variáveis obter-se-á os gastos totais da empresa do período.

Com relação à consolidação das demonstrações contábeis e da influência dos tributos nas demonstrações contábeis, julgue os itens subsequentes.

53 A comissão de valores mobiliários poderá determinar a inclusão das operações de uma sociedade que não seja controlada nas demonstrações consolidadas. Um exemplo é quando a empresa investida depende financeiramente da investidora.

54 O controle decisório consiste no poder de eleger administradores da sociedade investida e gerir os departamentos da sociedade investida.

55 Para a apuração da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro será adicionado, ao lucro tributável, o valor das provisões indedutíveis na determinação do lucro real, que foram adicionadas no exercício anterior e que tenham sido baixadas no período atual de apuração.

56 Ao montante apurado para fins de aplicação do percentual de contribuição social sobre o lucro será excluído o ganho de capital e os rendimentos de aplicações financeiras.

Acerca dos tributos recolhidos pelas pessoas jurídicas, julgue os itens a seguir.

57 O ICMS é não-cumulativo e seletivo. Assim, quando uma indústria adquire matéria-prima para a confecção de um produto, que será vendido diretamente ao consumidor, debitará o estoque de matéria-prima, debitará a conta de ICMS a recuperar e creditará fornecedores, caso seja compra a prazo. Ao vender a mercadoria, a empresa registrará, em sua demonstração do resultado do exercício a despesa com ICMS, cuja contrapartida é uma conta de passivo.

58 Ao incorporar o valor do ICMS no estoque de mercadorias para revenda, a empresa debitará o estoque e creditará ICMS sobre compras. Assim, ao vender a mercadoria poderá recuperar o valor do tributo.

59 O desembaraço aduaneiro de produtos importados é fato gerador de ICMS. Assim, ao registrar o desembaraço será debitada a conta de mercadorias, será debitada a conta de ICMS a recuperar e será creditada a conta caixa, caso a aquisição tenha ocorrido à vista.

60 Ao optar pela tributação pelo lucro presumido, a *factoring* restringe seu planejamento tributário durante todo o ano calendário da opção, permanecendo a modalidade imutável durante aquele período.

61 A empresa poderá compensar prejuízos de períodos anteriores, desde que não desobedeça aos limites fixados. Um dos limites é 30% do lucro líquido ajustado para fins de apuração do lucro real.

62 No caso de fusão, cisão ou incorporação o início ou encerramento de atividades poderá ser considerado como período base para fins fiscais.

63 A provisão para perdas permanentes em investimentos no exterior é considerada diferença permanente dedutível, para a apuração do valor da contribuição social.

A respeito da matemática financeira e sua influência no patrimônio das empresas, julgue os itens subsequentes.

- 64 Duas taxas expressas em períodos diferentes são equivalentes quando, aplicadas a um mesmo capital e em um mesmo intervalo de tempo, produzem o mesmo montante. Assim, uma taxa de 20% ao ano é equivalente a uma taxa de 1,2% ao mês.
- 65 Considere uma empresa que ao antecipar o pagamento de um empréstimo de R\$ 5.000,00, que já estava registrado em seu passivo, conseguiu um desconto de R\$ 900,00. Assim, a conta banco será creditada em R\$ 4.100,00, a conta empréstimo será debitada em R\$ 5.000,00 e o resultado será creditado em R\$ 900,00.
- 66 A taxa nominal de desconto incide sobre o valor nominal do título, o que não ocorre com a taxa efetiva de desconto, que considera o valor líquido da operação.
- 67 Considere que uma empresa captou R\$ 100.000,00 de empréstimos junto a uma instituição financeira no dia 5/1/2005; a capitalização é composta e à taxa mensal de 5%; o prazo de pagamento é de 6 meses, o que proporcionará um montante superior a R\$ 134.000,00. Então, caso a empresa tenha antecipado o pagamento para o dia 5/4/2005, o valor a pagar, naquela data, foi inferior a R\$ 115.763,00.

Com referência às metodologias utilizadas para avaliação de alternativas de investimentos, julgue os itens seguintes.

- 68 Ao efetuar o cálculo do custo de capital de um investimento utilizando a metodologia do CAPM é necessário apurar o valor do beta da empresa. O beta representa o risco da empresa em relação ao mercado, mas não é suficiente para a apuração do retorno. Há, ainda, a necessidade de utilizar a taxa livre de risco, que representa o custo de oportunidade líquido e certo. A taxa livre de risco é, geralmente, a média das taxas estimadas pelo governo acrescida do duodécimo do rendimento dos títulos do tesouro, descontada a parcela obtida pelo custo de oportunidade.
- 69 Para a análise de dimensionamento de Massé a dimensão do investimento varia de maneira contínua e seus resultados sofrem influência da lei dos rendimentos decrescentes, bastante explorada por Stigler. Isso quer dizer que a escolha do investimento fundamentar-se-á entre uma infinidade de variantes, em que cada uma se distingue da precedente por um pequeno acréscimo do investimento inicial, dI , com uma correspondente variação $df(I)$ para as entradas líquidas de caixa produzidas.
- 70 A atual legislação tributária não considera a inflação nos balanços das empresas. Assim, o registro da depreciação acumulada do ativo permanente do investimento, caso seja uma máquina, refletirá os efeitos inflacionários, reduzirá o lucro tributável e proporcionará um acréscimo ao fluxo de caixa esperado.

Com base nas disposições gerais sobre o plano de contas único, julgue os itens a seguir.

- 71 A consolidação de balanços, na estrutura do plano de contas da administração direta da União, é efetuada no 3.º nível de desdobramento, que corresponde ao subgrupo.
- 72 Classificam-se como bens intangíveis, no plano de contas da União: marcas, direitos e patentes industriais; direitos sobre recursos naturais; *software*.
- 73 O resultado do exercício, que constitui o 2.º nível de desdobramento do plano de contas, computa apenas as variações patrimoniais resultantes da execução orçamentária.
- 74 Um plano de contas deve ser flexível a ponto de permitir que se introduzam ou eliminem contas sem prejuízo de sua estrutura básica, mas tais alterações só podem ser feitas de um exercício para outro, de acordo com o princípio da consistência.
- 75 Com a obrigatoriedade de consolidação das contas das três esferas da administração, estados e municípios passaram a adotar o plano de contas único já utilizado no âmbito federal.

RASCUNHO

Tendo em vista os sistemas de contas da contabilidade pública e as operações típicas de um ente estatal, julgue os próximos itens.

- 76 As contas orçamentárias têm as mesmas características operacionais das contas de compensação; fazem partida e contrapartida com elas mesmas, funcionando como contas de controle.
- 77 Mesmo que não estruturada com base nos sistemas tradicionais, cada conta deve indicar o sistema ao qual pertence — orçamentário, financeiro, patrimonial ou de compensação.
- 78 O lançamento
- D – aquisição de bens de estoque
- D – material de consumo
- corresponde, no sistema patrimonial, à entrada do material no estoque interno — almoxarifado.
- 79 As orientações técnicas com o objetivo de harmonizar os conceitos e os procedimentos contábeis, orçamentários, financeiros e patrimoniais com vistas à consolidação das contas nacionais são estabelecidos pelo Conselho de Gestão Fiscal, concebido e implementado pela Lei de Responsabilidade Fiscal, em 2000.
- 80 Um sub-repasse efetuado entre unidades gestoras pertencentes ao mesmo ministério, será registrado, corretamente, na UG recebedora, do seguinte modo:
- D – limite de saque com vinculação de pagamento
- C – sub-repasse recebido

Com relação aos conceitos e às normas atinentes aos balanços e demonstração das variações patrimoniais exigidos pela Lei n.º 4.320/1964, julgue os itens que se seguem.

- 81 Considere que, em nota explicativa que acompanha o relatório resumido da execução orçamentária, a Secretaria do Tesouro Nacional trata como execução orçamentária da despesa a ocorrência do estágio da liquidação. Então, isso está em consonância com a Lei n.º 4.320/1964, segundo a qual o empenho é suficiente para caracterizar a execução orçamentária de despesa.
- 82 O *deficit* apurado na demonstração das variações patrimoniais é incorporado ao saldo patrimonial do balanço patrimonial.
- 83 Considere a seguinte situação hipotética.
- No balanço financeiro, ao final do exercício, foram verificados os seguintes saldos:
- ingressos orçamentários: R\$ 600.000,00;
 - dispêndios orçamentários: R\$ 450.000,00;
 - dispêndios extra-orçamentários: R\$ 180.000,00;
 - disponibilidade para o período seguinte: R\$ 70.000,00.
- Nessa situação, sabendo-se que a disponibilidade duplicou no período, deduz-se que os ingressos extra-orçamentários corresponderam a R\$ 65.000,00.
- 84 Considere a seguinte situação hipotética.
- Foram inscritos, ao final do exercício financeiro, restos a pagar no valor de R\$ 50.000,00, e haviam sido pagos, durante o exercício, R\$ 25.000,00 de restos a pagar inscritos no exercício anterior.
- Nessa situação, serão computados R\$ 50.000,00 como despesa extra-orçamentária e R\$ 25.000,00 como receita extra-orçamentária.

- 85 Por ocasião do encerramento do exercício financeiro, é vedada a inscrição de restos a pagar não processados sem que haja a suficiente disponibilidade de caixa assegurada para esse fim. Na utilização da disponibilidade de caixa, são considerados os recursos e despesas compromissados a pagar até o final do exercício, ressalvadas na Lei de Responsabilidade Fiscal.
- 86 Considere a seguinte situação hipotética.
- Em determinado ente, verificou-se insuficiência de arrecadação de R\$ 40.000,00, paralelamente a uma economia de despesas de R\$ 30.000,00.
- Nessa situação, houve um *deficit* na execução orçamentária de R\$ 10.000,00.
- 87 Uma despesa orçamentária provoca uma mutação patrimonial quando há incorporação de algum bem ou direito no ativo permanente ou desincorporação de alguma obrigação do passivo permanente.
- 88 Constitui insubsistência do ativo o cancelamento, por prescrição, de parcela da dívida fundada.
- 89 Considere a seguinte situação hipotética.
- No balanço patrimonial de uma empresa, ao final do exercício, havia *deficit* financeiro de R\$ 400.000,00. O passivo permanente era a metade do ativo permanente, que totalizava R\$ 1.800.000,00, e o compensado correspondia a R\$ 300.000,00.
- Nessa situação, considerando-se que o total geral atingiu R\$ 3.000.000,00, conclui-se que o passivo real descoberto equivalia a R\$ 500.000,00.
- 90 O restabelecimento de uma dívida é uma variação passiva resultante da execução orçamentária.

RASCUNHO

O processo de elaboração e execução orçamentária do governo federal é regido por uma série de normas constitucionais, legais e administrativas, que determinam os institutos, as práticas e as estruturas por meio das quais ele se realiza. Julgue os itens a seguir de acordo com sua adequação às normas e aos institutos vigentes.

- 91 No caso de iminência de guerra contra outro país, as despesas podem ser autorizadas mediante medida provisória, sem definição dos tetos dos valores a serem despendidos.
- 92 Se for criada, por lei, nova contribuição de intervenção no domínio econômico ela pode ser afetada a uma entidade específica do governo federal.
- 93 A realização de obra cuja execução perdure por dois anos depende de sua prévia inclusão na lei do plano plurianual.
- 94 A existência de regras acerca de restos a pagar e de despesas de exercícios anteriores têm fulcro na adoção do regime de apropriação da despesa pública pela competência do exercício na contabilidade pública.
- 95 O processamento da conta única do Tesouro Nacional não inclui as receitas diretamente arrecadadas pelas unidades de conservação que cobram ingressos para visitantes.
- 96 O Congresso Nacional está impedido de incluir na lei orçamentária anual receitas que o Poder Executivo tenha omitido no projeto de lei respectivo.
- 97 O SIDOR e o SIAFI são, hoje, subsistemas do sistema SELOR, gerenciado pelo Ministério da Fazenda.
- 98 A ANTAQ tem suas contas tomadas, porém o Ministério dos Transportes elabora e apresenta sua própria prestação de contas.
- 99 A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) determinou que a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) contivesse um anexo de metas fiscais, no qual inclui-se o resultado primário, que pode ser deficitário ou superavitário.
- 100 Serviços de terceiros podem ser contratados mediante suprimento de fundos.

Um dos meios de que se vale a administração para cumprir suas múltiplas atribuições e realizar as atividades decorrentes é a técnica contratual. Hoje não se coloca em dúvida a idéia de que o poder público possa ser parte em um contrato, mas, nos primórdios da elaboração da teoria do contrato administrativo, houve resistências fortes a essa idéia, pois alegava-se que a supremacia da administração em relação ao particular impediria a realização de contratos entre eles.

Odete Medauar. **Direito administrativo moderno**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 9.ª ed., 2005 (com adaptações).

Considerando o texto anterior como motivador e a respeito dos contratos administrativos e da Lei n.º 8.666/1993, julgue os itens que se seguem.

- 101 Na ordem jurídica brasileira, o regime jurídico dos contratos administrativos celebrados pela União está preponderantemente contido na referida lei.
- 102 Os estados, o Distrito Federal e os municípios podem editar leis próprias de licitações e contratos para regular os seus atos, mas devem observar as normas gerais estabelecidas na Lei n.º 8.666/1993.
- 103 A lei citada prevê prerrogativas da administração pública que são conhecidas como cláusulas exorbitantes. Exemplos desses tipos de cláusulas são as possibilidades de alteração e de rescisão unilateral dos contratos.
- 104 A Lei n.º 8.666/1993 não previa inicialmente a possibilidade de prorrogação contratual, de modo a permitir que o prazo de vigência do contrato fosse renovado antes de encerrado. Porém, alteração legislativa posterior passou a admitir prorrogações por iguais e sucessivos períodos, sem limitação.
- 105 Os contratos de compra, também denominados contratos de fornecimento, destinam-se à aquisição de bens, como mesas, cadeiras e microcomputares, desde que sejam fornecidos de uma só vez.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) (Lei Complementar n.º 101/2000), visa alcançar o equilíbrio das contas públicas dos entes da Federação, mediante ação planejada e transparente das finanças públicas, estabelecendo normas voltadas ao equilíbrio da gestão fiscal. Considerando as determinações da referida lei, julgue os itens a seguir.

- 106 Os recursos destinados ao cumprimento de uma finalidade específica deverão ser utilizados exclusivamente para o seu atendimento, durante o exercício em que ocorrer o ingresso da receita. Porém, em exercício diverso, o recurso pode vir a atender outra finalidade.
- 107 Caso o Poder Judiciário, ao final de um bimestre, verifique que a realização de sua receita poderá comprometer o cumprimento das metas de resultado primário, estabelecidas no anexo de metas fiscais, e não tome providências, então, seguindo os critérios da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), o Poder Executivo poderá limitar os valores financeiros do Poder Judiciário durante os trinta dias subsequentes, com o fim de limitar os empenhos e as movimentações financeiras, sem que isso signifique ingerência indevida sobre a magistratura.
- 108 A LRF permite a majoração dos benefícios relativos à seguridade social sem que haja indicação da fonte de custeio total.
- 109 Caso o Congresso Nacional reconheça a ocorrência de calamidade pública, a União ficará dispensada do atingimento dos resultados fiscais fixados, durante o período em que perdurar a situação.
- 110 A divulgação semestral de relatório de gestão fiscal por município com mais de 70.000 habitantes está respaldada pela Lei Complementar n.º 101/2000.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova — que vale **vinte** pontos —, faça o que se pede, usando o espaço indicado no presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **trinta** linhas será desconsiderado.
- Na folha de **texto definitivo**, identifique-se apenas na primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

Quando o assunto é transporte, as hidrovias são apontadas como alternativas de menor custo e impacto ambiental do que rodovias e ferrovias. (...) Produtos agrícolas e minérios de algumas regiões do Brasil, como, por exemplo, do Centro-oeste, precisam vencer longas distâncias até o destino. Os gastos com a comercialização, nesses casos, são elevados, já que, dos principais meios de transporte existentes, predomina o rodoviário, que é o mais caro. Com isso, os mesmos produtos, de locais que usam o transporte hidroviário, acabam ficando com um custo final bem menor, como no caso da soja produzida em algumas regiões norte-americanas em relação ao produto brasileiro do Centro-oeste.

Internet: <<http://www.comciencia.br/200404/reportagens/06.shtml>> (com adaptações).

Os principais portos do Brasil estão operando no limite de sua capacidade, o que só contribui para o aumento do custo logístico. Hoje, o escoamento de produtos por portos e rodovias custa, em média, US\$ 10 por tonelada. Mas esse valor poderá passar para US\$ 40 nos próximos dez anos se os problemas de transporte não se resolverem. A estimativa é do próprio Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Época Negócios, 22/11/2004, p. 6 (com adaptações).

Considerando que os textos acima têm caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo em que seja discutida a relevância do transporte aquaviário para o desenvolvimento econômico brasileiro, abordando, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ competitividade no mercado internacional;
 - ▶ vantagens ambientais.
-

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	